

Concurso público: Ministério Público do Trabalho quer esclarecimentos da Cagece e do Governo do Estado sobre política de terceirizações

Em audiência realizada no último dia 13/02, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho, a diretoria do Sindiagua apresentou ao Ministério Público do Trabalho informações sobre a situação de irregularidade que se encontra a Cagece por conta da prática de terceirizações adotada

pela empresa. Na ocasião, foi relatado pelo Sindiagua que a companhia está há mais de 10 anos sem realizar concurso público e que, dos mais de 3 mil terceirizados, cerca de 2 mil realizam atividades-fim, o que é considerado ilegal. A direção do Sindiagua relatou ainda que com a falta de renovação do quadro funcional, a média de idade dos empregados da Cagece está alta, o que tem dificultado a contratação do plano de saúde.

A audiência, presidida pelo procurador do trabalho, Antonio de Oliveira, foi convocada a partir de uma denúncia apresentada pelo Sindiagua há alguns anos, através do qual foram informadas as irregularidades na política de terceirizações da empresa.

Como encaminhamento, o procurador notificou a Cagece, a



Seplag e o Governo do Estado a prestar esclarecimentos - em uma nova audiência marcada para o dia 29/02 - sobre as providências adotadas para a realização do concurso público.

O Sindiagua há vários anos vem reivindicando a realização do concurso público e defende que o mesmo seja realizado de forma a privilegiar a contratação de trabalhadores com experiência na área de saneamento, dando, assim, melhor oportunidade aos terceirizados que já atuam na companhia. A direção do sindicato vai continuar acompanhando o andamento da ação que tramita no Ministério Público do Trabalho e espera definições concretas da Cagece sobre o concurso.

**O GOVERNADOR CID GOMES
ESTÁ HÁ**

1881 DIAS

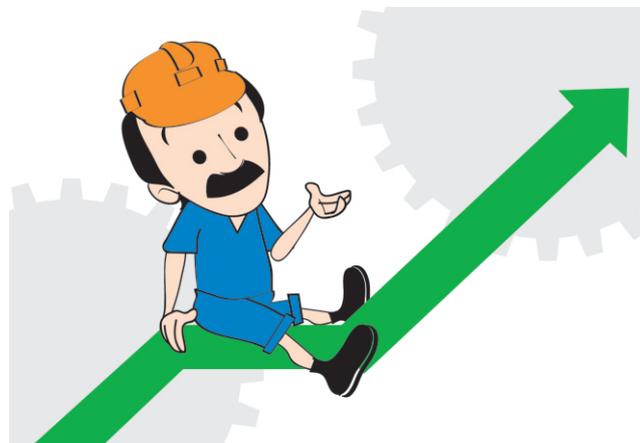
**SEM REALIZAR CONCURSO
PÚBLICO PARA A CAGECE**

Cagece muda regra de promoções e prejudica trabalhadores

A Cagece decidiu, sem conversar com os trabalhadores, mudar as regras do manual de promoções da empresa. A companhia enviou, semana passada, uma nota aos trabalhadores informando que os cursos de longa duração não reconhecidos formalmente pelo MEC deixarão de ter validade para pontuação relativa ao “Reconhecimento por Esforço Individual”. Com isso, trabalhadores que investiram tempo e dinheiro em cursos que constavam no manual de promoções estão sendo prejudicados.

“A atitude da companhia é um desrespeito aos trabalhadores. A Cagece não pode mudar regras unilateralmente, sem, ao menos, procurar o Sindiagua para conversar a fim de buscar uma solução conjunta com os trabalhadores. Foram feitas mudanças em questões que atingem diretamente o empregado. Estão retirando um direito adquirido e esse tipo de prática é absolutamente condenável”, criticou Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.

Segundo Jadson, as mudanças nas regras de promoções acontecem num momento em que está



sendo cobrada a revisão do PCR, reivindicação que faz parte do último acordo coletivo, mas que, até agora, não foi cumprida. “Isso torna a atitude da empresa ainda mais grave, porque o que os trabalhadores querem é se sentirem valorizados pela Cagece”, argumentou o presidente do Sindiagua. O sindicato cobra da Cagece uma mudança de postura e vai acompanhar o caso, tomando as medidas necessárias para defender a categoria.

Sindiagua cobra direitos dos trabalhadores de Russas

Em reunião com os trabalhadores do SAAE de Russas e com representante da prefeitura municipal, realizada no último dia 9/02, o Sindiagua constatou o clima de revolta dos empregados da autarquia diante do não pagamento das gratificações e reajustes salariais. O impasse, gerado pela Cagece, surgiu após a empresa levantar questionamentos no contrato de concessão do serviço de saneamento, firmado entre a Cagece e a Prefeitura de Russas. Os trabalhadores chegaram a ficar com salários atrasados. Durante três meses, a companhia deixou de repassar à prefeitura os valores relativos aos pagamentos dos funcionários da autarquia. A prefeitura assumiu os pagamentos de outubro e novembro, mas o mês de dezembro deixou de pagar, alegando não poder arcar mais com o descumprimento do contrato pela Cagece. Após reuniões realizadas com o Sindiagua e,

posteriormente, com a prefeitura de Russas, a Cagece resolveu quitar os pagamentos atrasados e voltou a pagar os salários. No entanto, se recusa a pagar as gratificações e o último reajuste salarial. “É uma situação inaceitável. Trabalhadores estão sem receber benefícios como plano de saúde e vale-alimentação, entre outros. Diante da postura da Cagece de retirar conquistas dos trabalhadores, a categoria se mostrou disposta a ir até as últimas consequências para buscar garantir direitos assegurados. E o Sindiagua vai apoiar a luta dos companheiros de Russas”, afirmou Jadson Sarto, presidente do Sindiagua. Segundo ele, o contrato com a prefeitura está em vigor e precisa ser cumprido integralmente. O presidente do Sindiagua enviou ofício à Cagece e à prefeitura de Russas solicitando uma nova reunião com o objetivo de solucionar de vez o impasse.

Cálculo das horas-extras: Cagece volta a utilizar divisor 200, mas entra com novo recurso na Justiça do Trabalho

A Cagece, por ordem judicial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), está sendo obrigada a utilizar o divisor 200 no cálculo de horas-extras dos empregados. O cumprimento da ordem judicial é uma importante vitória da categoria na luta pela revisão do cálculo adotado pela empresa. No entanto, a companhia entrou com novo recurso e quer levar o caso ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Vale lembrar que o Sindiagua já obteve decisão favorável em 1ª e 2ª instâncias, quando a Justiça do Trabalho reconheceu a irregularidade praticada pela Cagece. A batalha judicial teve início quando o Sindiagua apresentou uma reclamação trabalhista à Justiça do Trabalho. Há vários anos a Cagece vinha utilizando o divisor 220 como base de cálculo do valor das horas extras de seus empregados, prejudicando

os trabalhadores que estavam recebendo abaixo do que têm direito. No entanto, no caso do empregado trabalhar 40 horas semanais - a exemplo da Cagece - a empresa é obrigada a utilizar como base para o cálculo de horas extras o divisor 200. O último julgamento do TRT, em 2ª instância, considerou improcedente os pedidos formulados na ação cautelar apresentada pela Cagece e decidiu, por unanimidade, cassar a liminar que permitia a companhia calcular as horas-extras com o divisor 220.

Desde então a Cagece vem sendo obrigada a utilizar o divisor de horas de 200, sob o risco de sofrer multas diárias. O Sindiagua pede à categoria que permaneça atenta ao pagamento das horas-extras. A entidade vai continuar acompanhando o caso de perto.

SAAE de Sobral muda diretoria. Sindiagua cobra mudança de postura.

O diretor-presidente e os diretores técnico e administrativo do SAAE de Sobral foram afastados de seus cargos no último dia 09/02. Um novo comando está assumindo a direção da autarquia com inúmeros desafios pela frente, entre eles resolver os graves problemas de abastecimento de água na cidade e realizar, o quanto antes, o concurso público, cumprindo, assim, a ordem judicial da Justiça do Trabalho que considerou ilegal a política de terceirização praticada pelo SAAE. O descumprimento da ordem judicial já gerou uma multa calculada em aproximadamente 350 mil reais. Além de desobedecer a Justiça do Trabalho, onerando os cofres públicos com multas altíssimas, a direção do SAAE vinha sucessivamente descumprindo os últimos acordos coletivos firmados durante as campanhas salariais da categoria.

Sindiagua cobra postura diferente da nova diretoria do SAAE - Em reunião com o presidente interino do SAAE, Dr. Luis Fernando, realizada no dia 23/02, o presidente do Sindiagua, Jadson Sarto, e o secretário de comunicação da entidade, Carlos Sá, apresentaram algumas reivindicações da categoria que, durante a administração passada do SAAE, foram motivos de impasse e fortes reclamações. Entre as principais reivindicações estão: 1º) A liberação do secretário de comunicação Carlos Sá, que é sustentada por

força de uma liminar da Justiça Estadual; 2º) Realização de Concurso Público com urgência; 3º) Fechamento do acordo coletivo 2011/2012 com o cumprimento do que foi acertado pela diretoria passada; 4º) O fim das práticas anti-sindicais adotadas por alguns chefes de serviços do SAAE.

O presidente interino do SAAE escutou atentamente as reivindicações dos trabalhadores e assumiu um compromisso com o Sindiagua de rever todas as questões em andamento e de ajudar a construir, com a categoria e apoio do Sindicato, um “novo SAAE”. Ele concordou em elaborar, juntamente com o Sindiagua, as propostas para implantação do PCC e a realização do concurso público. Por fim, enfatizou que foi enviado pelo prefeito para sanar todos os problemas do SAAE e que contratará uma empresa para realizar uma auditoria interna na autarquia.

Já foi agendada uma reunião com a Procuradora do Trabalho no dia 14 de março para apresentar a proposta, juntamente com o Sindiagua, de realização do concurso público. Participaram também da reunião representando o Sindiagua Pedro Feijão e Etevaldo Rodrigues. “Esperamos que no novo presidente do SAAE não tenha o mesmo perfil do anterior e que estabeleça uma relação de confiança e respeito com os trabalhadores”, ressaltou Jadson Sarto.

SAAE de Icó é novamente obrigado a pagar plano de saúde aos trabalhadores

Em outubro de 2010, a Justiça Estadual notificou a direção do SAAE de Icó a voltar a pagar o plano de saúde dos trabalhadores, que foi retirado injustamente há mais de sete anos. O Juiz Luiz Carlos Saraiva Guerra chegou a assinar uma ordem judicial decretando o cumprimento do acordo que garantiria a volta do plano de saúde. O acordo foi celebrado ainda em 2005 entre Sindiagua e SAAE, graças a ação judicial apresentada pelo sindicato. No entanto, novamente a prefeitura descumpriu o que a Justiça determinou. Agora, o diretor da autarquia - após mais uma denúncia do Sindiagua - foi novamente notificado a cumprir o acordo, desta vez com um prazo de 48 horas. As multas pelo descumprimento são diárias.

PARA REFLETIR:

A Cagece vem descumprindo acordos, contratos e regras. Exemplos disso são os impasses gerados nos casos da revisão do PCR, no contrato do SAAE de Russas e nas promoções dos empregados. Fica a pergunta: é esse o modelo de gestão da Cagece?

PARTICIPE DA CAMPANHA SALARIAL 2012

A diretoria do Sindiagua já está recebendo sugestões de pauta para a campanha salarial de 2012. Apresente sua proposta por e-mail (sindiagua@sindiagua.org.br), telefone/fax (3254.4097), pelo twitter (@sindiagua-ce), Facebook (Comunicação Sindiagua) ou na sede do Sindiagua. Todas as sugestões serão analisadas na próxima assembleia geral dos trabalhadores que discutirá a pauta de reivindicações da categoria. Sua participação é fundamental!

“Se a prefeitura cumprisse seus acordos, não precisaríamos chegar a esse ponto. A atitude desrespeitosa da gestão municipal com os trabalhadores é um desserviço ao setor de saneamento da cidade. O clima de insatisfação é grande. O plano de saúde é uma questão crucial, porque mexe com a vida do trabalhador e de seus familiares”, avalia o presidente do Sindiagua, Jadson Sarto.

A omissão do SAAE e da Prefeitura de Icó não é de hoje. A categoria ainda aguarda o fechamento da campanha salarial de 2009 e, há mais de dois anos os trabalhadores não têm reajuste salarial. O Sindiagua cobra respeito e o cumprimento dos acordos.

CAMPANHA SOLIDÁRIA

O Sindiagua continua promovendo campanha com o objetivo de arrecadar recursos para ajudar no tratamento de saúde de Bruno Matos Pinheiro, filho do companheiro Francisco Arclébio Melo Pinheiro (UM-MTS José Walter) e da companheira Maria de Fátima Matos Pinheiro (Cagece sede). Bruno necessita passar por uma cirurgia para corrigir um problema maxilar facial que provoca uma grave deficiência respiratória. O custo do tratamento é de R\$ 11 mil. A família de Bruno agradece, desde já, a solidariedade e apoio dos trabalhadores e disponibiliza a conta para depósito: Banco Bradesco - Conta 1001903-6 - Agência 0742-0 - Titular: Bruno Matos Pinheiro. Telefone: 9637.2836 / 3021.3239

NOTA DE PESAR

A direção do Sindiagua manifesta solidariedade aos parentes e amigos pelo falecimento de Hermínio Teixeira de Araújo, funcionário aposentado do SAAE de Sobral.

A pergunta que não quer calar: o Governador do Estado convidou a presidenta Dilma para conhecer as obras da ETA Oeste Caucaia. Mas de onde virão os trabalhadores que irão operar a estação? Serão os concursados? Ou virão da privatização, PPPs ou concessões?

